

**Resenha de Fernando Nogueira da Costa**



**Armadilha do  
Identitarismo**

## Armadilha do Identitarismo: Uma Resenha

### Sumário

<i>Prefácio: Guia de Leitura do Melhor Livro de 2023</i> .....	2
<i>Armadilha da Identidade</i> .....	7
<i>Fracionamento da Luta pela Igualdade</i> .....	11
<i>Extrema-Direita Fora do Armário</i> .....	16
<i>Vitória e Falhas do Identitarismo</i> .....	20
<i>Liberalismo Filosófico X Identitarismo</i> .....	24
<i>Ciência Antirracista e Meritocracia Inescapável: Identitarismo X Marxismo</i> .....	29
<i>Sobre o Autor da Resenha</i> .....	34

### Prefácio: Guia de Leitura do Melhor Livro de 2023

Yascha Mounk estrutura seu livro, escolhido como o Melhor de 2023 por *The Economist*, *Financial Times* e *Prospect Magazine*, “A Armadilha da Identidade: uma História de Ideias e Poder em Nosso Tempo” [*The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time*. New York: Penguin Press, 2023.] em quatro partes, além da Introdução. A primeira, *Origens da Síntese da Identidade*, possui quatro capítulos; a segunda, *Vitória da Síntese da Identidade*, com três; a terceira, *Falhas da Síntese da Identidade*, tem seis capítulos; a quarta, *Em Defesa do Universalismo*, dois capítulos.

A Conclusão, *Como Escapar da Armadilha da Desigualdade*, pode ser considerada um capítulo final com quatro tópicos. Acrescenta também um Apêndice explicativo: *por qual razão a Síntese de Identidade não é marxista*. O livro interessará não só aos ativistas de esquerda, mas a todos os leitores cultos com interesse de conhecer o debate político contemporâneo no mundo ocidental.

Ele não é só “politicamente correto” para o debate público em todo o mundo, em especial para os simpatizantes da ideologia de esquerda. Ele é preventivo contra uma tendência equivocada já observada por grupos de pressão nas Universidades em busca de

favorecimento sem maior esforço nos estudos. Por isso, eu o resenho aqui como um incentivo à sua leitura e divulgação de suas ideias.

Por ser bastante didático, é uma leitura relativamente fácil – e sintética caso o leitor deseje fazer uma *leitura dinâmica*. Esta deve ser o primeiro contato com o livro. O que sugere o título? Será possível adivinhar seu conteúdo só com essa informação? Qual tipo de mensagem ou ideia poderá estar contida nas suas páginas?

A *leitura ativa* consiste em se fazer essas perguntas e ver se são respondidas pelo título ou pela leitura do Prefácio ou Introdução, onde o autor justifica suas razões para escrever o livro. Um bom Sumário costuma mostrar o fio-condutor do livro.

Se você tem familiaridade com o assunto, ao ver quem o autor cita, já terá uma ideia do tipo de *orientação teórica ou ideológica* seguida. Antes de ler todo o livro, uma boa ideia é ler rapidamente o capítulo introdutório. Nele, o autor alinha as ideias com o objetivo de as desenvolver no texto. Costuma ser um guia para aquilo adiante. Em geral, não antecipa as conclusões.

Yascha Mounk facilita a leitura do seu livro não só com uma Introdução geral, mas tem outras em suas quatro partes. Lista, no fim de cada capítulo, as Principais Conclusões.

Vou tentar resumir esse guia de leitura. Inicialmente, registra: “todos os quatro dos meus avós foram mandados para a prisão por causa das suas crenças comunistas durante as décadas de 1920 ou 1930”. Depois, eles se convenceram de novos governos de esquerda tornariam o mundo um lugar melhor – conseguindo *superar os preconceitos e os ódios tribais*.

Adotaram, vivendo na Europa, um credo reformista de *socialdemocracia*. Este tentava humanizar o capitalismo, misturando-lhe um estado de bem-estar social.

A missão histórica da esquerda consistia em expandir o círculo de simpatia humana através das fronteiras da família, tribo, religião e etnia. Estar à esquerda era acreditar em:

1. os humanos são igualmente importantes, independentemente do grupo ao qual pertencem;

2. devemos procurar formas de solidariedade política transcendentais às identidades de grupo enraizadas na raça ou na religião; e
3. podemos fazer uma causa comum na busca de ideais universais como justiça e igualdade.

Esse é o *esquerdismo universalista* com o qual Mounk foi criado. Mas já não é a corrente dominante da esquerda hoje. Em vez disso, ao longo das últimas cinco décadas, tornou-se uma marca de muitos movimentos de esquerda o fato de rejeitarem a existência de uma verdade objetiva ou a esperança de uma sociedade mais harmoniosa outrora inspiradora.

Hoje, esquerdistas infantis abraçam orgulhosamente o apelo da etnicidade e da religião, em vez de serem céticos em relação à força destrutiva de tais identidades de grupo. Até mesmo rejeitam a própria possibilidade de pessoas de diferentes países e culturas possam algum dia vir a compreender-se verdadeiramente.

Na parte I, Mounk procura descobrir a história por trás dessa transformação. Por que a esquerda abandonou o seu universalismo e abraçou uma nova forma de tribalismo?

A mudança identitária da esquerda não é simplesmente uma forma de "marxismo cultural" como ele mostra no capítulo 1. Para compreender o surgimento da *síntese identitária*, regressa ao seu ímpeto original em Paris nas décadas de 1950 e 1960.

Os principais teóricos "pós-modernos", entre os quais Michel Foucault, estavam antes impregnados de ideias comunistas. Depois, o núcleo da filosofia insurgente passou a consistir na *rejeição de todas as "grandes narrativas"*, entre as quais, o marxismo.

Essa rejeição das grandes narrativas levou os teóricos pós-modernos a tornarem-se profundamente céticos em relação às reivindicações de *verdade objetiva* e de *valores universais*. Levou-os a rejeitar categorias de identidade como "mulher" ou "proletário".

Foucault argumentou contra a noção generalizada de as sociedades democráticas terem se tornado mais humanistas no tratamento dispensado aos criminosos, aos doentes mentais ou às minorias sexuais. Na realidade, as sociedades apenas encontraram

formas mais sofisticadas de controlar o comportamento dos aberrantes.

Os filósofos tradicionalmente assumiam as instituições formais, como os Estados, exercerem *o poder de cima para baixo*. Foucault argumentou as sociedades modernas exercerem o controle social de uma forma mais sutil ou molecular com “discursos” informais determinantes de *o que as pessoas devem pensar e/ou podem fazer*.

Dedutivamente, isto colocou em dúvida se uma revolução contra as relações de poder estatal poderia algum dia, de fato, *libertar as pessoas*. As revoluções fracassaram nisso...

O *pós-modernismo*, com o seu ataque às verdades antes supostas universais, proporcionou uma ferramenta fundamental para as ex-colônias. Abandonaram as antigas tradições dos colonizadores de cujo eurocentrismo desconfiavam.

Contra a natureza apolítica do pós-modernismo, resolveram colocar a análise do discurso em uso explicitamente político, remodelando os discursos dominantes de forma a ajudar diretamente os oprimidos. Com a adoção do “essencialismo estratégico”, politicamente *útil* (assumido como fosse “correto”), os ativistas encorajaram as pessoas a organizarem-se com base nas suas identidades de grupo.

O movimento pelos direitos civis transformou os Estados Unidos ao abolir a maioria das formas pelas quais as leis e instituições discriminavam os afro-americanos. Mas as vitórias legais não se traduziram em mudanças igualmente radicais.

Ativistas começaram a culpar o quadro moral básico do movimento pelos direitos civis, com a sua ênfase no *universalismo*. Teriam errado ao fazer da “dessegregação” o principal objetivo da reforma escolar. Contrapuseram a “segregação reparadora”!

A *teoria crítica da raça* negava os princípios morais universais ajudarem a provocar um progresso político genuíno. O aparente progresso da Era dos Direitos Civis revelou-se uma função do interesse racial dos brancos. O racismo americano nunca se atenuaria.

O conceito de “interseccionalidade” captou como a legislação existente sobre discriminação não conseguiu reconhecer os desafios enfrentados pelas *mulheres negras*. Não se reduziam a sofrer os problemas das mulheres brancas e dos homens negros.

De acordo com os defensores de um sentido mais amplo de *interseccionalidade*, os membros de diferentes grupos de identidade nunca conseguem compreender plenamente as experiências uns dos outros. Como diferentes formas de opressão se reforçam, mutuamente, a eficácia de ativismo contra uma injustiça específica também precisa de combater todas as outras formas de opressão baseadas na identidade.

Desde a década de 1960, partes da esquerda americana prestaram atenção crescente às questões sociais ligadas à opressão com base na raça, gênero e sexualidade. Quando a União Soviética entrou em colapso, em 1991, *a esquerda superou a luta de classes* e tornou-se cada vez mais focada em *questões de cultura e identidade*.

Esta transformação foi ainda mais acelerada pelo surgimento de um novo conjunto de departamentos acadêmicos dedicados ao *estudo de questões de identidade*, tais como estudos de gênero, de mídia, afro-americanos, latinos e estudos sobre deficiência.

Gradualmente, a tripla influência do *pós-modernismo*, do *pós-colonialismo* e da *teoria racial crítica* deu origem a uma “síntese de identidade”. Esta *nova ideologia* foi definida por sete temas principais:

1. a rejeição da existência de uma verdade objetiva;
2. a utilização de uma forma de análise do discurso para fins explicitamente políticos;
3. uma adoção do *essencialismo estratégico*;
4. um profundo pessimismo sobre a possibilidade de superar o racismo ou outras formas de intolerância;
5. uma preferência por políticas públicas com distinção explícita dos cidadãos com base no grupo ao qual pertencem;

6. uma adoção da *interseccionalidade* como estratégia de organização política; e
7. um profundo *ceticismo* quanto à capacidade dos membros de diferentes grupos comunicarem entre si.

Paradoxalmente, muitos dos pensadores, com obras inspiradoras da *síntese da identidade*, expressaram sérias dúvidas sobre a forma como o próprio trabalho transformou a esquerda – e se lamentam...

## Armadilha da Identidade

No Melhor Livro do Ano, eleito pela The Economist, Financial Times e Prospect Magazine, *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”], seu autor, Yascha Mounk, argumenta: embora os combatentes “conscientes” pelas ideias do *identitarismo* estejam cheios de boas intenções, acabarão por tornar mais difícil alcançar o progresso em direção à igualdade genuína socialmente necessitada.

O *movimento identitário*, ou *identitarismo*, nasceu de agrupamentos sociais formados por pessoas com *compartilhamento de aspectos da sua identidade* e, pressupostamente, possuindo interesses, perspectivas e demandas em comum. Trata-se de agrupamentos de pessoas com características similares, como orientação sexual, etnia, classe, nacionalidade etc. Buscam visibilizar suas dificuldades e lutar por seus direitos, por exemplo, lutam pela igualdade de gênero, pelo fim do racismo, pela preservação ambiental, entre outros temas.

Yascha Mounk (nascido em 1982 na Alemanha Ocidental) é um cientista político naturalizado americano. Em seus livros anteriores – *O Povo contra a Democracia* (2018) e *O Grande Experimento* (2022) –, foi um dos primeiros autores a alertar sobre os riscos de os *populistas de direita* representarem a democracia americana. Mas, agora, os *ativistas da esquerda e do centro* estão presos na “armadilha da identidade” e acabam sendo aliados inconscientes do

movimento MAGA: *Make America Great Again* (em português: *Torne a América Grande Novamente*).

Nas últimas décadas, uma apreciação saudável da cultura dos grupos minoritários transformaram-se em uma obsessão contraproducente pela *identidade de grupo* em todas as suas formas. Tornou-se *uma nova ideologia* com o objetivo de colocar a matriz de identidades de cada pessoa no centro da vida social, cultural e política.

Comportando-se como uma “patrulha ideológica”, difama a influência mútua como apropriação cultural, nega os membros de diferentes grupos poderem verdadeiramente compreender uns aos outros e insiste na forma como os governos tratam os seus cidadãos deve depender da cor da sua pele ou na sua opção sexual e/ou de gênero. Recolocam a *desigualdade social*, de maneira inversa, no benefício de políticas públicas.

Apareceram como contrapartida de as sociedades, tanto ocidentais, quanto orientais, terem oprimido violentamente grupos étnicos, minorias religiosas, religiosas e sexuais. Daí quem acredita na justiça social passou a defender os membros de grupos marginalizados colocarem no centro do debate político sua identidade para resistir à injustiça histórica – e cobrarem essa “dívida social” com seus antecedentes.

Mounk apresenta as origens, consequências e limitações do chamado “*woke* ou despertar pela conscientização”. O pós-modernismo, o pós-colonialismo e a teoria racial crítica forjaram a “síntese de identidade”, iniciada nos ambientes universitários norte-americanos em 2010.

Hoje, esse conjunto relativamente marginal de ideias passou a ganhar influência nos negócios, na mídia e no governo, espalhando-se pelo mundo a favor ou contra. A aplicação destas ideias a diversas áreas, desde a educação até às políticas públicas, revela-se profundamente contraproducente.

Ao explicar as transformações políticas e culturais da última década, *A Armadilha da Identidade* defende uma reflexão necessária a todos os defensores do igualitarismo. Os valores universais e humanistas servem melhor ao *objetivo da igualdade social*.



Em um número crescente de escolas por toda a América, educadores passaram a acreditar em lutarem pela justiça racial quando separam as crianças umas das outras com base na cor da sua pele. As instituições antirracistas imaginam, desse modo segregacionista, ajudar os seus alunos a alcançar a identidade racial correta.

No entanto, uma pessoa de cor negra pode dizer: – “Não me vejo como um ser racial. Eu sou apenas humano.”

Pior, algumas escolas começaram até a encorajar os seus alunos brancos a definirem-se também em termos raciais. Em vez do *universalismo*, partes da corrente principal norte-americana estão adotando uma forma de *separatismo progressista*.

Escolas e universidades, fundações filantrópicas e algumas empresas parecem acreditar: deveriam encorajar as pessoas a conceberem-se como “seres raciais”. Cada vez mais, aplicam também o mesmo princípio a outras formas de identidade, encorajando as pessoas a pensar no seu gênero, na sua origem cultural ou na sua orientação sexual como o seu atributo definidor.

Concluíram seu dever é fazer a forma como tratam as pessoas depender dos grupos às quais pertencem. Fazem isso mesmo quando se trata de decisões existenciais como a quem dar prioridade na vacinação com um medicamento escasso para salvar vidas!

Alguns médicos, ativistas e especialistas influentes têm pressionado para serem tomadas decisões de triagem com base em uma consideração diferente: *a equidade racial*. De fato, há disparidades entre os diferentes grupos demográficos: os afro-americanos nos Estados Unidos apresentam os piores resultados de saúde. Mas não atender os demais pacientes necessitados não fere a ética médica?

As instituições estatais começaram também a adotar um afastamento semelhante das *regras neutras*. Estas visam *tratar todos os cidadãos de forma igual*, independentemente dos grupos de identidade ao qual pertencem, em uma ampla variedade de contextos.

As preocupações sobre o papel desempenhado pela identidade são, frequentemente, ridicularizadas como uma obsessão doentia com *batalhas de guerra cultural* nas redes sociais. Essa nova forma de pensar sobre a identidade coloca em jogo nada mais senão as regras, os princípios e os pressupostos básicos para estruturar as nossas sociedades nas próximas décadas. Em vez de fingir estas mudanças serem irrelevantes ou imaginárias, Mounk apela: *precisamos de as analisar e avaliar de forma séria.*

Houve uma transformação dos compromissos fundamentais de muitos autodenominados *progressistas*. A esquerda tem sido historicamente caracterizada pelas suas aspirações universalistas.

Estar à esquerda era defender os seres humanos não serem definidos pela sua religião ou pela cor da sua pele, pela sua educação ou pela sua orientação sexual. Um objetivo fundamental da política era criar um mundo onde percebêssemos coletivamente as coisas compartilhadas, além das linhas de identidade, serem mais importantes diante das coisas capazes de nos dividirem, permitindo-nos superar as muitas formas de opressão características da história cruel da humanidade.

Mas, ao longo das últimas seis décadas, o pensamento da esquerda sobre a identidade sofreu – por razões em muitos aspectos compreensíveis – uma mudança profunda. Muitos movimentos de esquerda foram durante muito tempo inóspitos para as minorias étnicas e sexuais.

Daí alguns membros da esquerda passaram a abraçar a ideia de a solução residir no incentivo a novas formas de ativismo e orgulho de grupo. Encorajam os indivíduos *gays* ou negros a identificarem-se com estes grupos marginalizados – e a lutar pela sua libertação coletiva.

Grandes partes do movimento progressista começaram a descartar como *kitsch* ingênuo a aspiração por um futuro mais harmonioso no qual “meninos e meninas negros estarão de mãos dadas com meninos e meninas brancos”. Em seu lugar, abraçaram cada vez mais uma visão do futuro no qual *a sociedade seria para sempre profundamente definida pela sua divisão em grupos de identidade distintos.*

Nasceu daí uma nova ideologia. É difícil ter um debate produtivo sobre uma ideologia quando não se consegue sequer chegar a acordo sobre como lhe chamar: *identitarismo* ou *woke* [conscientização]...

Seu conjunto de ideias baseia-se em uma ampla variedade de tradições intelectuais e está centralmente preocupado com o papel das categorias de identidade como raça, gênero e orientação sexual desempenhado no mundo. Portanto, Mounk se refere a isso como “Síntese de Identidade”, preocupada com muitos tipos diferentes de grupos, incluindo (mas não limitado a) aqueles baseados na raça, gênero, religião, orientação sexual e deficiência.

Não se deve adotar a postura crítica de a síntese identitária carecer de coerência, ou mesmo descartar tudo como uma vaga “vibração” cultural, logo capaz de se dissipar. Tudo escrito sobre este tema até agora enquadra-se em um de dois campos:

1. ou *celebra acriticamente* as ideias centrais da síntese identitária como um remédio necessário para as injustiças do mundo,
2. ou *descarta-as sumariamente como uma moda* sem precisar de a levar a sério do ponto de vista intelectual.

Mounk se contrapõe a ambas as posturas diante da armadilha do identitarismo. Vale o ler!

## Fracionamento da Luta pela Igualdade

Yascha Mounk, autor do livro escolhido como o Melhor do Ano por The Economist, Financial Times e Prospect Magazine, *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”] argumenta muitos defensores da Síntese Identitária serem movidos por uma ambição nobre: *remediar as graves injustiças socialmente discriminatórias*. Os membros de grupos marginalizados têm sofrido historicamente formas terríveis de discriminação.

No entanto, a situação dos negros americanos melhorou significativamente ao longo do último meio século. Foram abolidas as restrições explícitas à sua capacidade de votar ou de utilizar

instalações públicas, de iniciar negócios ou mesmo a de casar-se com alguém de uma raça diferente. Formou-se uma grande classe média negra e os afro-americanos estão agora representados nos mais altos escalões de todas as áreas de atividade.

Apesar desses avanços, em média, os negros americanos continuam a ganhar menos e a possuir muito menos propriedades diante dos americanos brancos. É mais provável frequentarem uma escola subfinanciada, viverem em um bairro desfavorecido, passarem algum tempo atrás das grades e serem vítimas de homicídios e tiroteios policiais. A *promessa de igualdade total* ainda é ilusória.

Escolas e universidades, empresas e associações cívicas tornaram-se muito mais inclusivas ao longo das últimas décadas. Mas os membros de grupos marginalizados continuam com sub-representações em organizações de prestígio no *top social*.

Qualquer pessoa, consciente de o seu país não corresponder a ideais universalistas como a tolerância e a não discriminação, deve defender as mudanças culturais e as reformas políticas necessárias para corrigir estas deficiências. Embora os movimentos sociais e as reformas legislativas possam ajudar a resolver as injustiças reais, não o fazem tão rapidamente ou de forma tão abrangente como se espera.

Dadas essas dificuldades, os defensores da *síntese identitária* rejeitam *os valores universais* e *as regras neutras*, como a liberdade de expressão e a igualdade de oportunidades. Veem-nas como meras “distrações” com o propósito de obstruir e perpetuar a marginalização dos grupos minoritários.

O primeiro passo para superar as supostas deficiências de uma *perspectiva universalista*, argumentam os identitários, é reconhecer só compreendermos o mundo vendo-o, antes de tudo, através do prisma de categorias de identidade como raça, gênero e orientação sexual.

Em um segundo passo, a rejeição de valores universais e de regras neutras também implica um conjunto de pontos de vista muito diferentes sobre como corrigir injustiças persistentes. Como as leis antidiscriminação são supostamente insuficientes para fazer a diferença, os defensores da *síntese identitária* insistem em inverter a

forma como o Estado trata os seus cidadãos – e como todos nós tratamos uns aos outros – passando a depender do grupo de identidade ao qual pertencem. Seria imperativo os membros dos grupos marginalizados serem tratados com especial consideração, por exemplo, com *política de cotas* em Universidades públicas de excelência no ensino, mas não só.

A *síntese identitária* chama a atenção para injustiças reais. Proporciona aos seus seguidores a sensação de fazerem parte de um grande movimento histórico capaz de tornar o mundo um lugar melhor. Tudo isso ajuda a explicar por qual razão é tão atraente, especialmente para os jovens idealistas sem conhecimento profundo do pacto social.

Mas, infelizmente, segundo a análise de Mounk, *a síntese da identidade acabará por revelar-se contraproducente*. Apesar das boas intenções dos seus proponentes, mina o progresso em direção à *igualdade genuína* entre membros de diferentes grupos.

No seu processo de luta, também subverte outros objetivos com os quais todos temos motivos para nos preocupar, como a *estabilidade de diversas democracias*. Apesar do seu fascínio, *a síntese da identidade revela-se uma armadilha*, de acordo com seu livro.

Seria um erro rejeitar a síntese da identidade como incoerente e difamar seus defensores. O novo foco em categorias de identidade de grupo como raça, gênero e orientação sexual é motivado pela decepção e raiva pela persistência de injustiças reais.

No entanto, Mounk está convencido de a influência real desta nova ideologia, chamada de *a síntese da identidade*, “é capaz de nos afastar de, e não de nos guiar para, o tipo de sociedade a qual todos temos razões para aspirar”.

Traçar limites entre diferentes grupos parece ser algo natural para os membros da nossa espécie humana. Somos capazes de demonstrar grande *altruísmo*, quando chamados a ajudar membros do nosso próprio grupo, mas também profundo *desrespeito* e *crueldade*, quando confrontados com pessoas consideradas membros de outro grupo.

Qualquer ideologia decente deve ter em conta como atenuar os efeitos nocivos de tais conflitos sociais. Um problema fundamental da *síntese da identidade* é ela não conseguir fazê-lo.

No caso de um indivíduo pertencer a um grupo étnico diferente, por ter nascido em uma comunidade religiosa diferente ou viver em outra região do país, é comum pensar: "ele não tem nada em comum comigo". Mas também é possível reconhecer sermos compatriotas, concordamos com os ideais políticos democráticos e partilharmos a realidade da nossa humanidade.

Diante disso, as ideologias de extrema direita são tão perigosas porque desencorajam as pessoas de alargarem o seu círculo de simpatia dessa forma. Ao idolatrar apenas umas identidades étnicas ou culturais específicas, encorajam os seus seguidores a valorizar o seu grupo, por exemplo, evangélicos, militares e/ou ruralistas, acima dos direitos dos outros compatriotas.

A preocupação de Mounk relativamente à *síntese da identidade* é, à sua maneira, ela também tornar mais difícil para as pessoas alargarem as suas lealdades para além de uma identidade específica. A exortação em voga para "abraçar a raça" encorajam os jovens a definirem-se em termos dos distintos grupos raciais, religiosos e sexuais nos quais nasceram.

Tipos de normas e políticas públicas discriminatórias, provavelmente, criarão uma sociedade composta por *tribos em guerra*, em vez de compatriotas cooperantes, com cada grupo envolvido em uma *competição de soma zero* com todos os outros grupos. A síntese da identidade é uma armadilha política tal como foi a ideia nazista de "raça pura".

É também uma armadilha pessoal pelas promessas enganosas sobre como obter o *sentimento de pertencimento e reconhecimento social* almejado pela maioria dos humanos. Em uma sociedade composta por comunidades étnicas, de gênero e sexuais rígidas, a pressão para as pessoas se definirem em virtude do grupo de identidade ao qual supostamente pertencem será enorme. Será o *reino das patrulhas ideológicas!*

Tornará especialmente difícil para as pessoas sem se enquadrarem, perfeitamente, em um grupo étnico ou cultural. Por

exemplo, mestiços não desenvolverão um *sentimento de pertencimento*.

Muitas pessoas lúcidas com mente aberta não desejam tornar a seu pertencimento a algum grupo tão central para a sua *auto concepção*. Elas poderiam, por exemplo, definir-se em termos dos seus gostos e temperamentos individuais, das suas predileções artísticas ou do seu sentido de dever moral para com toda a humanidade.

Sentir-se-ão alienadas nessa sociedade capaz de valorizar sobretudo uma forma de identificação autoconsciente com algum grupo no qual por acaso nasceram. Muitas delas estão furiosas com uma cultura cada vez mais censuradora e sufocante da capacidade humana de ter *debates sérios sobre questões sociais e culturais urgentes*.

Pessoas entram em conflito a respeito da forma "correta" de falar sobre identidades de grupo. Algumas sentem-se envergonhadas ou "canceladas" sem saber se as suas ações foram terríveis ou triviais, deliberadas ou inadvertidas.

A preocupação de Mounk com a *síntese da identidade* não é sobre ela ter ido "longe demais". Pelo contrário, acha ela ser, mesmo na melhor das hipóteses, susceptível de conduzir uma sociedade a violar os seus valores mais fundamentais e as suas aspirações para o futuro.

A atração de tantas pessoas para a síntese da identidade é o *desejo de superar injustiças persistentes e criar uma sociedade de verdadeiros iguais*. Mas o resultado provável da implementação dessa ideologia identitária é uma sociedade na qual uma *ênfase incessante nas nossas diferenças* coloca grupos rígidos de identidade uns contra os outros em uma "batalha de soma zero" por recursos e reconhecimento pessoal.

Essa *armadilha da identidade* coloca uma isca, enreda as pessoas e subverte seus objetivos. Promete combater a injustiça. Atrai pessoas inteligentes e cheias de boas intenções. No entanto, é provável tornar o mundo em um lugar ainda pior para viver...

## Extrema-Direita Fora do Armário

Segundo Yascha Mounk, no livro *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”], publicado em 2023, o fenômeno político mais marcante da última década foi a *ascensão da direita iliberal*.

Como narrou em seus dois últimos livros – *O Povo contra a Democracia* (2018) e *O Grande Experimento* (2022) –, os partidos de direita antes prestavam certa fidelidade às regras e normas básicas das democracias constitucionais. Mas abraçaram gradualmente uma forma de *populismo autoritário*: falar em nome de “seu povo” – no caso brasileiro, militares-milicianos, evangélicos e ruralistas – e desrespeitar os resultados eleitorais.

Representa um perigo agudo para a sobrevivência do sistema político democrático. Hoje, esses demagogos lutam falsamente contra o *establishment*, em “discurso de campanha”, e, depois, caso vitoriosos, passam a representar uma ameaça existencial às democracias.

Por qual razão, então, alguém deveria preocupar-se com a propagação de uma ideologia bem-intencionada, como a *síntese da identidade*, com o objetivo declarado de luta contra injustiças reais? O tema do citado livro não seria insignificante em comparação com a urgência de combater demagogos populistas como Jair Bolsonaro e Donald Trump?

Primeiro, embora longe de estar derrotado, o fenômeno do *populismo de direita* é, agora, razoavelmente bem compreendido. O *identitarismo*, pelo contrário, continua a ser um território estranhamente inexplorado.

Há muitos “gritos” sobre ele nas redes sociais e nos noticiários a cabo. Mas até agora, surpreendentemente, há poucos trabalhos onde se conta a história da sua ascensão, explique as razões do seu apelo e avalie seriamente o efeito possível sobre o mundo.

Segundo, é importante corrigir como as crianças pertencentes a um grupo de identidade são ensinadas a perceber aquelas pertencentes a outros grupos de identidade. Não é nada trivial, no



meio de uma pandemia, fenômeno raro em um século, o Estado ter dado prioridade às restrições de uma ideologia nova (e “não testada ou questionada”) em detrimento do salvamento de vidas.

Terceiro, o identitarismo irá provavelmente revelar-se contraproducente para muitas das causas com as quais os seus defensores têm boas razões para se preocuparem. Tornou difícil, para os críticos bem-intencionados, apontar casos nos quais as soluções sugeridas causam *danos reais*, porque as políticas incentivadas por ele são suscetíveis de piorar o destino da maioria.

Finalmente, o populismo de direita e a armadilha da identidade alimentam-se mutuamente. O horror generalizado, por exemplo, diante à eleição de Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei, acelerou a tomada da *síntese identitária* como guia em muitas instituições de elite. Mas os demagogos como eles prosperam quando as sociedades estão profundamente polarizadas.

Embora os defensores do identitarismo apontem problemas graves, necessitados urgentemente de ser remediados, os princípios defendidos e as soluções oferecidas são susceptíveis de levar mais eleitores para os conservadores de direita. É um grande risco!

Os populistas de direita e os defensores da síntese identitária veem-se uns aos outros como inimigos mortais. Mutuamente, *a melhor maneira de vencer um é opor-se ao outro* – e, por isso, segundo Mounk, todos preocupados com a sobrevivência das sociedades livres deveriam lutar contra ambos em busca de sensatez em um pacto democrático constitucional, onde se incluem alternância de poder pelos votos e respeito às minorias.

Seu objetivo neste livro é:

1. explicar a natureza da *armadilha da identidade*,
2. expor por qual razão é tão urgente escaparmos dela e
3. mostrar como podemos fazê-lo.

Na primeira parte do livro, conta a história de como um conjunto de ideias aparentemente díspares veio a formar uma nova ideologia, altamente influente nas principais universidades. Muitos

críticos do chamado “*woke* ou conscientização” diziam ser apenas uma forma de “marxismo cultural”.

Mas a verdadeira história da síntese da identidade, contada por Mounk, apresenta a *rejeição de grandes narrativas*, incluindo tanto o liberalismo como o marxismo. Pregam apenas a necessidade de os intelectuais falarem em nome dos grupos oprimidos, adotando uma forma de “essencialismo estratégico”.

Na parte II, conta a história de como uma teoria acadêmica aparentemente de nicho pôde ganhar tanta influência, ao longo de uma única década, devido ao *crescimento das redes sociais*. Os incentivos criados pelas novas formas de repercussão de notícias transformaram os meios de comunicação tradicionais em alto-falantes para esta nova ideologia.

A eleição de Donald Trump sobrecarregou preocupações bem fundamentadas sobre ameaças a grupos minoritários. Daí passou a parecer desleal aos progressistas criticar quaisquer ideias associadas à esquerda e tornaram as *críticas ao identitarismo* um tabu em muitos meios sob “patrulha ideológica”.

Quando o identitarismo conquistou o *mainstream*, os seus proponentes começaram a pressionar por mudanças radicais em áreas-chave da vida pública. Argumentam os membros de diferentes grupos de identidade nunca poderem compreender-se plenamente.

Desconfiam, devido ao *sectarismo*, quando os membros de um grupo são inspirados pela cultura de outro grupo. Criticam-nos como fosse uma “apropriação cultural”.

São profundamente céticos em relação a princípios como a *liberdade de expressão*, usada supostamente para denegrir os grupos minoritários. Abraçam uma forma de “separatismo progressista”.

Defendem políticas públicas onde a forma como o Estado trata as pessoas dependa de categorias de identidade de grupo, como raça, gênero e orientação sexual. Fazem a defesa explícita desse “privilégio compensatório” diante a dívida social do passado.

Na parte III, Mounk defende estas aplicações da síntese identitária poderão revelar-se *contraproducentes*, corroendo os

valores capazes de tornarem possível uma sociedade na qual todas as pessoas possam viver na livre busca do seu melhor. Submetendo cada uma destas afirmações a uma análise filosófica cuidadosa, defende existirem maneiras melhores de lidar com as preocupações motivacionais.

Defensores da *síntese da identidade* sentem uma raiva justificada por injustiças genuínas. Mas os seus preceitos centrais implicam em um ataque radical aos princípios pactuados como sustentáculos das democracias em todo o mundo.

Felizmente, existe uma *alternativa de princípios*. Na parte IV, Mounk defende os princípios fundamentais do *liberalismo filosófico*. Seus adeptos, desde o sábio *Iluminismo*, acreditam em *valores universais* e em *regras neutras* para formular uma crítica construtiva (com alternativas) da opressão histórica e da injustiça persistente.

A chave para uma política aspiracional realmente capacitada para construir um mundo melhor reside em *viver de acordo, e não em abandonar, valores universais e regras neutras*. A luta pelo futuro da síntese identitária será uma das lutas intelectuais definidoras das próximas décadas.

Na conclusão, Mounk avalia o futuro provável da *armadilha da identidade*. Mostra como os oponentes íntegros dessa ideologia podem enfrentá-la sem arriscar as suas próprias carreiras profissionais e reputações políticas.

Para aqueles com desejo de compreender a *história intelectual da síntese identitária*, a parte I será a de maior interesse. Para aqueles em busca de compreender as razões políticas, sociológicas e tecnológicas, possibilitadoras de propiciarem esta ideologia a sair de campus e a conquistar o *mainstream*, a parte II será de maior interesse.

Para aqueles com finalidade de compreender por qual razão essas ideias, aplicadas a tópicos desde a liberdade de expressão até a apropriação cultural, se revelaram tão contraproducentes, a parte III será a lida com maior atenção. Finalmente, para aqueles com propósito de procurar uma alternativa coerente à armadilha da identidade, a parte IV servirá de guia.

Existem boas razões pelas quais a armadilha da identidade se revelou tão atraente. A resposta correta à ascensão desta nova ideologia identitária não é nem a rejeitar por completo nem adotar as suas premissas-chave sem uma reflexão séria.

Trata-se de submeter *a síntese da identidade a uma crítica séria e construtiva*, ao oferecer alternativa. Esta crítica de Mounk está aberta a aceitar contribuições.

Em última análise, ele insiste em lutar por uma visão mais ambiciosa e otimista do futuro. Não à toa, em 2023, o livro foi escolhido como o Melhor do Ano por *The Economist*, *Financial Times* e *Prospect Magazine*.

## Vitória e Falhas do Identitarismo

Yascha Mounk, na segunda parte do seu livro, *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”] expõe a *Vitória da Síntese da Identidade*.

Ao longo de algumas décadas, essa *síntese da identidade* transformou a vida intelectual no ambiente universitário americano. A surpresa foi essas ideias logo também transformarem grandes áreas da sociedade americana.

Ao longo da década de 2010, a *visão americana de identidade* deu uma guinada vertiginosa. No espaço de uma década, ideias anteriormente improváveis de escapar à “torre de marfim” universitária, transmutaram-se em uma ideologia popular com influência real no *mainstream*. Por exemplo, as campanhas políticas dos candidatos democratas evitaram apelar a programas de assistência social sem serem explicitamente reservados a determinadas comunidades étnicas ou sexuais.

A grande imprensa invocava, regularmente, conceitos-chave associados ao *identitarismo*. Denunciou tanto o “privilégio branco” como o “racismo estrutural”.

Como Mounk mostra, nos três capítulos da Parte II, estas mudanças notáveis na autocompreensão de grandes segmentos da

elite americana foram produto de forças políticas, sociológicas e tecnológicas mais amplas. A ascensão das redes sociais levou os jovens a concentrarem-se nas suas identidades étnicas, sexuais e de gênero, capacitando-os até a assumir novos rótulos pelos quais se identificassem.

Os meios de comunicação tradicionais adotaram uma versão popularizada da *síntese de identidade*, devido à crescente dependência de se tornarem *virais*, compartilhados no Twitter e no Facebook. Transformaram o tipo de conteúdo antes publicado impresso.

Os estudantes, aculturados no identitarismo nas universidades de elite, ascenderam nas fileiras das empresas, organizações sem fins lucrativos e gabinetes do Congresso e/ou do Poder Executivo. Mudaram suas culturas e modos de operação.

Por fim, diante de *uma ameaça populista de direita*, sob Donald Trump, aumentou a conformidade de todos com tendência esquerdista. Uma minoria de *ideólogos da linha identitária* conseguiu impor os seus pontos de vista a todos os outros.

No fim da década, esses conceitos reformularam as opiniões de um grande segmento da população americana. Esta mudança da opinião pública foi mais pronunciada no corte dos americanos brancos e com alto nível de escolaridade.

Os ativistas estudantis da década de 1960 transformaram a cultura de muitos países através de uma "longa marcha através das instituições". Ao ingressarem em locais de trabalho nos negócios, no entretenimento e na política, mudaram gradualmente as normas e práticas prevalecentes. Uma nova safra de estudantes, tanto nas faculdades como nas redes sociais, repetiu a tática com a nova estratégia do *identitarismo*.

A "curta marcha através das instituições" começou em empresas tecnológicas e empresas progressistas. Elas recrutam em universidades de elite, competem pelos melhores talentos e são altamente avessas à publicidade negativa. Outras grandes empresas seguiram o exemplo, rapidamente, devido ao ativismo dos funcionários e aos incentivos legais para imitar as ações dos seus pares.

Os indivíduos são muito suscetíveis à *pressão dos colegas*. Grupos de pessoas com ideias semelhantes assumem logo posições mais radicais diante daquelas inicialmente defendidas por qualquer um dos seus membros.

Estas *dinâmicas de grupo* ajudam a explicar por qual razão muitas pessoas se tornaram tão intolerantes com a discordância dos preceitos fundamentais da *pauta identitária* após a eleição de Trump. Sentindo-se ameaçadas pela sua administração, instituições passaram a considerar qualquer crítico interno como um traidor ou sabotador. Uma *ortodoxia identitária* foi implantada com a vigilância da patrulha ideológica.

Toda pessoa seria *racista* ou *antirracista*. Esse simplório binarismo “preto ou branco” tornou mais fácil acusar de ser intolerante qualquer pessoa discordante desse modo de remediar as injustiças. Desacordo público seria autoincriminação!

Na Parte III do seu livro, *Falhas da Síntese da Identidade*, Mounk examina criticamente cinco desses conceitos, normas e estruturas políticas. Estas cinco ideias, em conjunto, dão uma noção clara de como seria reordenar o mundo de acordo com as conclusões tiradas por muitos progressistas da *síntese identitária*. São elas:

1. *Teoria do ponto de vista*: cidadãos oriundos de grupos diferentes nunca poderão realmente compreender-se uns aos outros. Aqueles *comparativamente privilegiados* deveriam, em consequência, submeter-se às avaliações fatuais e às exigências políticas daqueles *comparativamente marginalizados*.
2. *Apropriação cultural*: os grupos étnicos desfrutam (ou deveriam) desfrutar de uma forma de propriedade coletiva sobre os seus artefatos culturais. Isto impõe restrições à forma como as pessoas de fora desses grupos podem utilizá-los.
3. *Limites à liberdade de expressão*: o Estado deve criar leis para controlar a desinformação e proteger os grupos minoritários de serem expostos a discursos ofensivos ou preconceituosos. O “politicamente correto” defende uma “cultura de consequências” para as pessoas evitarem usar expressões consideradas ofensivas.

4. *Separatismo progressista*: as instituições sociais e educativas devem encorajar as pessoas a identificarem-se pelo grupo étnico, racial, religioso, sexual e de gênero ao qual pertencem. Os espaços reservados aos membros de tais grupos ajudam as pessoas a ganhar consciência política e a enfrentar injustiças persistentes.
5. *Política pública sensível à identidade*: para corrigir as desigualdades socioeconômicas persistentes entre diferentes comunidades, o Estado deve favorecer grupos historicamente desfavorecidos. Ao adotar políticas “sensíveis à identidade”, como dar prioridade aos membros das minorias étnicas marginalizadas pelos escassos recursos médicos, o Estado trata as pessoas dependendo do grupo ao qual pertencem.

De acordo com Mounk, é um erro acreditar a justiça para os membros de grupos historicamente marginalizados exigir a rejeição de princípios como a liberdade de expressão e a aspiração de compreensão mútua para além das fronteiras raciais ou culturais. Como argumenta, nesta parte do seu livro, a melhor forma de remediar injustiças persistentes consiste em um compromisso renovado com *os princípios universais fundamentais*. Eles nos permitem pensar sobre temas desde a apropriação cultural até políticas públicas sensíveis à raça de uma forma mais consequente.

Em vez de fazer o tratamento recebido do Estado depender da orientação sexual ou da cor da sua pele, deveríamos adotar políticas capazes de beneficiarem todos os necessitados, independente do grupo de identidade ao qual pertençam. Ajudaria, ao mesmo tempo, a remediar o problema dos efeitos persistentes da dominação passada.

Em lugar de construir uma sociedade onde os membros de diferentes grupos sejam mais capazes de se compreenderem e apoiarem uns aos outros, o *identitarismo* consolidaria as atuais divisões e aprofundaria a hostilidade mútua. Na sua forma atual, a nova obsessão pela identidade é *uma armadilha*. Assim, na quarta e última parte de seu livro, Mounk faz um apelo sincero a uma *alternativa universalista* aos pressupostos e às prescrições da síntese da identidade.

Os *liberais* – bem como outros cidadãos defensores da importância dos valores universais e das regras neutras – podem apresentar aos identitários uma resposta convincente. Mas eles culpam o *liberalismo* por muitas das injustiças do mundo!

Mounk tem convicção ao defender *princípios liberais*, para o mundo, como:

1. a igualdade política de todos os cidadãos,
2. a capacidade de nos governar através de instituições democráticas e
3. o papel central da liberdade individual.

Continuam a ser o melhor guia para construir um futuro melhor. São baseados no *liberalismo filosófico*.

Utiliza o termo “liberal” para se referir a um conjunto de princípios filosóficos fundamentais partilhados por muitas pessoas em todo o espectro político. Progressistas orgulhosos, moderados apaixonados e conservadores devotados podem todos, no sentido dado ao termo, ser *liberais*.

*O liberalismo baseia-se na rejeição da ideia de hierarquia natural.* Critica a ideia de algumas pessoas terem o direito de governar outras em virtude do seu nascimento por “predestinação divina”, ou melhor, dinástica, ou da sua iluminação espiritual.

Todos nós devemos determinar as regras para nos governar; garantir a cada um de nós a liberdade de viver as nossas vidas de acordo com as nossas próprias convicções; e garantir aos membros de qualquer grupo de identidade o tratamento recebido do Estado não depender do seu gênero, da sua orientação sexual ou da cor da sua pele.

## Liberalismo Filosófico X Identitarismo

Nos Estados Unidos, a designação da ideologia política é um tanto confusa quando comparada à de outros países. Por exemplo, o *liberalismo* lá é associado a centro-esquerda ou até mesmo à



esquerda, ao contrário de outros lugares onde o termo “liberal” é associado a ideias mais próximas do centro ou mesmo de centro-direita.

Lá, o “liberalismo”, historicamente, esteve associado a ideias progressistas e reformistas. Durante a Era do *New Deal*, na década de 1930, os “liberais” eram identificados com políticas de intervenção do governo para combater a Grande Depressão e promover o bem-estar social.

Essa *tradição liberal* continuou a se desenvolver, nas décadas seguintes, com um foco em questões sociais, direitos civis e políticas sociais. O espectro político nos Estados Unidos, então, é percebido como inclinado para a direita em comparação com outras democracias ocidentais, mas *lá os liberais seriam de centro-esquerda em outros países*.

O significado dos termos políticos, incluindo “liberal”, evolui em diferentes contextos. No cenário político norte-americano contemporâneo, esse termo está associado a *políticas progressistas* em questões como saúde, educação, direitos civis e justiça social.

As ideias políticas e os rótulos variam – e não há uma única definição universalmente aceita para termos como “liberal”. Esse termo tem diferentes conotações, dependendo da região local ou global, além da orientação política de quem o está utilizando.

O *liberalismo*, hoje em dia, é muito difamado tanto pela esquerda como pela direita. Mas, na verdade, os seus ideais clássicos continuam a ser os mais democráticos e as instituições inspiradas nele são responsáveis por grande parte do progresso moral e material realizado pelo mundo ao longo dos últimos três séculos.

Essa é a opinião defendida por Yascha Mounk, em seu livro, *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”]. Acha o caminho para a construção de um futuro justo está na determinação de implementar mais plenamente *os princípios liberais*.

Desde o início da *Era do identitarismo*, os seus defensores têm sido muito claros sobre quem consideram ser o seu principal alvo: *os liberais*. Supõem o compromisso liberal básico com *o universalismo*

ser responsável pelo suposto fracasso das democracias em fazer qualquer progresso substantivo na oferta aos membros de grupos marginalizados de algum mínimo de *igualdade* – e sequer questionam a *liberdade* e a *fraternidade*.

Os liberais têm uma resposta convincente a isso? Os filósofos liberais dão uma resposta convincente à *crítica identitária* ao reafirmar os seus compromissos fundamentais.

Mouk oferece uma “reconstrução racional” da *síntese identitária*.

1. A chave para compreender o mundo é examiná-lo através do prisma das *identidades de grupo*, como raça, gênero e orientação sexual.
2. *Valores supostamente universais* e *regras neutras* serviriam apenas para obscurecer as formas como os grupos privilegiados dominam os marginalizados.
3. Para construir um mundo justo, devemos adequar as normas e leis de como o Estado trata cada cidadão – e como os cidadãos se tratam uns aos outros – tornando-as *dependentes do grupo de identidade* ao qual pertencem.

Em resumo, para os identitários, normas como *liberdade de expressão* deveriam ser totalmente abandonadas, porque apenas encobririam o que realmente está a acontecer, ajudando a consolidar o poder dos privilegiados. As sociedades, segundo essa nova ideologia, jamais serão capazes de aplicar *padrões neutros* de uma forma imparcial.

A única solução identitária é rejeitar qualquer aspiração de viver de acordo com *valores universais* ou *regras neutras*. Implica em “pagar a dívida social histórica”, simplesmente, *invertendo a injustiça*: agora é hora de beneficiar e/ou privilegiar os descendentes dos antes racialmente discriminados, além do gênero feminino e de outras opções sexuais!

Quando o *identitarismo* é comparado com versões caricaturais de ideologias universalistas, como o *liberalismo*, ou com as muitas maneiras pelas quais a realidade empírica fica aquém das nossas

aspirações, ela parece ser muito atraente. Mas o liberalismo tem respostas coerentes a estas ideias colocadas no debate público.

Para Mounk, as respostas do *liberalismo filosófico* devem levar a sério as críticas bem fundamentadas às injustiças passadas (e persistentes) e, ao mesmo tempo, oferecerem *um caminho mais construtivo para avançar*. Devem reconhecer a grande importância desempenhada pelos marcadores de identidade de grupo, no mundo real, *sem considerá-los a chave de toda a vida cultural e política*.

Devem ter cuidado com a crítica generalizante de todas as instituições favorecerem os poderosos, reconhecendo a capacidade dos *valores universais* e das *regras neutras* para aproximar as sociedades do tratamento de todas as pessoas, de fato, como iguais. Enfim, devem encorajar-nos a viver de acordo com os ideais nos quais se baseia *a democracia liberal*, em vez de os abandonar, porque inevitavelmente *as alternativas totalitárias* serão muito piores de acordo com as experiências históricas já vistas ou sofridas.

Na verdade, *a resposta liberal à síntese da identidade* pode ser resumida na forma de uma reafirmação dos seus três postulados centrais de forma qualificada por *valores universais* e *regras neutras*.

1. Para compreender o mundo, devemos prestar atenção a *um mais amplo conjunto de categorias*, não limitado a formas de identidade de grupo como raça, gênero e orientação sexual.
2. Na prática, os *valores universais* e as *regras neutras* excluem muitas vezes as pessoas, de forma injusta, mas a aspiração de as sociedades *cumprirem esses padrões* permitir-lhes fazer progressos no tratamento justo dos seus membros.
3. Para construir um mundo mais justo, as sociedades devem esforçar-se por corresponder às suas *aspirações universalistas*, em vez de as abandonar.

*As identidades com as quais nascemos não são tudo*. Na realidade, os grupos mais salientes foram formados com base em categorias negligenciadas pelos defensores do identitarismo: categorias *socioeconômicas* (como classe), *teológicas* (como crenças) e *ideológicas* (como patriotismo).

Tudo isto torna os liberais filosóficos, como Mounk, céticos em relação a qualquer concepção de *o realmente importante nos assuntos humanos* se concentrar em uma única dimensão. Outras categorias, desde a classe socioeconômica até à ideologia política, são igualmente importantes. Exigem um conjunto muito mais amplo de considerações.

A *auto concepção* de uma sociedade ajuda a estruturar algumas das suas instituições fundamentais: restringir eventuais ações autoritárias dos seus governantes e dar aos dissidentes e ativistas canais para expressar as suas queixas. E lutar por elas!

Logicamente, as democracias liberais contêm pessoas e grupos poderosos em busca de servir somente aos seus próprios interesses. Os seus privilégios violam *os princípios liberais*, inclusive professados em seus discursos ou de seus ideólogos.

Os *liberais* deveriam rejeitar a conclusão, central para os *identitários*, destes valores universais e regras neutras serem apenas uma “cortina de fumaça” para sustentar os privilégios da maioria opressora. Na verdade, o compromisso democrático liberal com valores universais como a *liberdade de expressão* e as *regras neutras*, além das *proibições de discriminação racial*, inspirou o progresso nos últimos três séculos.

Como resultado, praticamente todas as democracias tornaram-se muito mais diversificadas no topo, com mulheres, imigrantes, minorias sexuais e membros de grupos étnicos historicamente marginalizados mais propensos a serem profissionais bem-sucedidos diante do ocorrido no passado. Evidentemente, isso não obscurece o fato de uma percentagem significativa de afrodescendentes continuarem a sofrer de pobreza extrema, viverem em bairros desfavorecidos e não terem acesso a escolas de alta qualidade. *A luta contra estas injustiças persistentes é urgente.*

Mounk compreende, perfeitamente, por qual razão enfatizar esses progressos incômodos aos identitários. É mais fácil sugerir a única motivação dos defensores desse progresso seria minimizar as injustiças persistentes. Mas, para obter uma *visão precisa da realidade*, ela não pode ser totalmente otimista nem cinicamente pessimista.

Na verdade, uma avaliação precisa dos últimos cinquenta anos sugere o esforço para viver de acordo com *valores universais e regras neutras* ser capaz de trazer enormes melhorias. *É falso (e injusto com as conquistas dos ativistas da geração 68 ou baby-boomer) afirmar não ter havido progresso político, social e econômico!*

Mounk reconhece não bastar a defesa “da boca para fora” dos valores universais e regras neutras. *Continuar o progresso não reside em abandonar o liberalismo*, mas sim em redobrar os esforços para viver de acordo com os seus ideais animadores da luta social.

## Ciência Antirracista e Meritocracia Inescapável: Identitarismo X Marxismo

A visão científica contemporânea rejeita a ideia de existirem *raças humanas* biologicamente distintas. A hipótese de “raça” como uma categoria biológica é amplamente falseada no campo da genética e da biologia humana.

A compreensão atual é de as diferenças entre grupos populacionais humanos serem, principalmente, resultado de *variação genética contínua* e não de fronteiras biológicas nítidas a ponto de justificarem a classificação em *raças*. A genômica moderna demonstrou *a variabilidade genética*, dentro qualquer grupo populacional, ser geralmente maior diante de *a variabilidade entre diferentes grupos*.

As *diferenças genéticas* entre indivíduos, dentro de uma população, costumam ser mais significativas em comparação às diferenças entre populações. As *características fenotípicas*, como cor da pele, textura do cabelo e características faciais, são determinadas por uma pequena parte do genoma humano – e não são indicadores confiáveis da diversidade genética total de um indivíduo!

Essas características são frequentemente mal utilizadas para definir conceitos desatualizados de “raças” – desde a extinção há pelo menos 18.000 anos das outras três espécies de homínídeos (o *homem de Neandertal* na Europa e no oeste da Ásia, o *hominídeo de Denisova* na Ásia e o *homo floresiensis*, também chamado de *hobbit*, na Ilha das Flores, na Indonésia), além do *homo sapiens*. Os

verdadeiros cientistas preferem usar o termo “*etnia*” em vez de “*raça*”, para descrever grupos populacionais humanos, reconhecendo a *etnia* ser uma construção social. Envolve aspectos culturais, linguísticos e geográficos, sem uma base biológica intrínseca.

Em resumo, a Ciência Biológica contemporânea não respalda a ideia de existirem raças humanas biologicamente distintas. Em vez disso, a ênfase está na compreensão da *diversidade humana* como uma variação contínua, resultante de uma história evolutiva complexa e fatores genéticos, ambientais e culturais.

Yascha Mounk, em seu livro, *The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time* [“A armadilha da identidade: uma história de ideias e poder em nosso tempo”], enfatiza a ideia biológica de raça ser uma ficção perigosa. *A raça é cria do racismo!*

As noções populares de raça foram criadas em processos históricos longos e injustos, tornando *categorias de raça e gênero*, em vez de serem consideradas (ou não) naturais ou meramente representacionais, serem, na verdade, *construídas socialmente*. A falta de uma base biológica para a noção popular de raça é uma forte razão de *parar de usar tal categoria superficial de epiderme* (“cor da pele”).

Como *a raça é socialmente construída* e tem sido utilizada, há muito tempo, para fins de dominação injusta, deveríamos transcender completamente o conceito. Este é o posicionamento da *esquerda lúcida* – e não da *identitária* em busca de exclusividade em sua carreira.

Se quisermos construir uma sociedade justa, precisamos obviamente de ser capazes de identificar e remediar o *racismo*. Isso, justamente, por não existirem mais outras raças humanas, além da única descendente do *homo sapiens*!

Todas as cores de pele são diferenças superficiais entre os seres humanos, incapazes de distinguir, por exemplo, o *altruísmo*, isto é, a atitude de *amor ao próximo* ao agir em favor de outra pessoa. *Racista* é quem distingue, falsamente hoje, “raças humanas”.

As Nações necessitam proporcionar uma vida boa, em bem-estar social, às inúmeras pessoas sem alcançarem o *topo profissional*,

por definição, seletivo – e para poucos. A dúvida é se os postos de trabalho com alta remuneração são alçados apenas com base em *meritocracia*. Evidentemente, necessita de *net working* e/ou relações partidárias.

Muitos sem diploma universitário enfrentam sérias dificuldades para manter um padrão de vida decente. Mesmo com algum diploma, mas *sem educação de qualidade*, não adquirem a garantia de receberem a promessa de mobilidade social. Frustrados, passam a culpar o *racismo* ou o *machismo* por isso, em vez de reconhecer maior mérito de outras pessoas na disputa seletiva de poucas posições almejadas por muitos.

Muitas pessoas se vitimizam, denunciando a meritocracia ser apenas uma forma fácil de justificar uma hierarquia social íngreme e injusta. Atacam o *ideal meritocrático*.

Os defensores do *identitarismo* são particularmente propensos a *rejeitar a ideia de meritocracia*, como o mérito não existisse. Os críticos da meritocracia acusam o próprio ideal ser *racista ou machista* porque aprofundaria as disparidades sociais.

Em lugar de *estudar* (e se relacionar), é mais cômodo *denunciar* a grande vantagem dos filhos dos ricos, herdeiros de fortunas e – se estudarem – oportunidades para uma boa educação. A linguagem do *mérito* permite-lhes acreditar terem conquistado seu lugar confortável no mundo graças apenas ao seu trabalho duro e talento superior. *Não foi?*

Todos, por definição, não podem *atingir o cume da carreira* no topo. Se quisermos viver em uma sociedade justa, precisamos sim de garantir a qualquer pessoa, independentemente da cor da sua pele, de seu gênero ou de sua opção sexual, com trabalho honesto, viver em uma moradia decente, ter acesso a cuidados médicos de qualidade e matricular os seus filhos em uma boa escola.

Mesmo caso a economia propicie esse *bem-estar social*, ainda existirão algumas posições na sociedade com recompensas e prestígio muito maiores diante de outras. Qual deve ser a base para profissionais serem alocados nesses cargos? Cor de pele (não branca) e/ou gênero (não masculino)?! A *diferenciação do saber* não existe mais?!

A *meritocracia*, segundo Yascha Mounk, “é o pior sistema para distribuir este tipo de cargos, exceto todas as demais alternativas”. *As nomeações deveriam sim ser meritórias.*

*Meritocracia* preserva um incentivo para todos os cidadãos desenvolverem competências socialmente valiosas. Contrapõe-se, justamente, à mobilidade social depender só do poder, ou seja, das ligações político-partidárias ou dinastias familiares.

Se o mérito for recompensado, ao contrário, os estudantes terão uma razão para investir tempo e duro esforço no *desenvolvimento dos seus talentos*. Não só ajudará a ter profissionais qualificados suficientes para cuidar das nossas necessidades coletivas.

Também dará a um número muito maior de pessoas a satisfação de se destacar em uma profissão para a qual trabalharam arduamente para dominar. Se as posições de poder ou privilégio especial não forem distribuídas por méritos, o problema não será a meritocracia, mas sim o contrário: *não serem meritocráticas o suficiente.*

Muitos críticos do chamado “*woke* ou conscientização” afirmam o *identitarismo* ser uma forma de “marxismo cultural”. Se retirarmos *classe e economia* do marxismo e trocarmos *raça e identidade*, chegaríamos às ideias da atual corrente dominante.

Segundo Mounk, não é verdade as principais raízes intelectuais da *síntese identitária* serem marxistas. Pelo contrário, o seu ímpeto original provém de pensadores pós-modernos, como Michel Foucault, profundamente críticos às chamadas “grandes narrativas”, incluindo tanto o *liberalismo* como o *marxismo*. O pós-modernismo também representou uma crítica a quem afirmava “falar em nome do proletariado”.

Uma comparação do *identitarismo* com o *marxismo* concentra-se em três afirmações:

1. A chave para compreender o mundo é examiná-lo através do prisma das *identidades* de grupo, como raça, gênero e orientação sexual – em lugar do prisma marxista da *classe social em renda e riqueza*.



2. Valores supostamente universais e regras neutras servem apenas para obscurecer as formas como os grupos privilegiados dominam *os marginalizados* – em lugar dos *social e economicamente oprimidos*.
3. Para construir um mundo justo, devemos adotar normas e leis para mudar a forma como o Estado trata cada cidadão – e como os cidadãos se tratam uns aos outros – depender do *grupo de identidade* ao qual pertencem – em lugar de depender de sua *condição econômica*.

Embora a *estrutura do marxismo*, realmente, se assemelhe à *estrutura da síntese identitária*, as suas diferenças substantivas são, em última análise, mais importantes:

1. identidades de grupos versus categoria econômica e
2. dependência permanente de categorias de identidade em lugar do “abolicionismo racial”.

Falta aos grupos identitários *a oferta de uma promessa utópica* de igualdade social, como a capaz de ter tornado o marxismo tão inebriante. Lembremos: *utopia é a crítica à atual realidade social*.

As duas ideologias têm semelhanças estruturais importantes porque partilham um propósito central: *opor-se e superar o liberalismo filosófico*. Longe de ser uma mera adaptação do marxismo, *o identitarismo é um novo desafio à democracia liberal* ao qual Yascha Mounk leva a sério – e ao qual se opõe.

## Sobre o Autor da Resenha

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu quase 10 milhões visitas.